

===== **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016:** *Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== Secretariou a presente reunião, a Técnica Superior Gisela Celeste de Pinho Rodrigues, designada para o efeito. =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== Apresentação do projeto de requalificação da Escola Secundária Dr. Ferreira da Silva. =====

===== **PESSOAL** =====

===== **MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2017 – APRECIACÃO (I/69511/2016):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis; - Que o planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal à acompanhar a proposta de orçamento (art. 28º do Anexo I, à Lei n.º35/2014, de 20.06); - As necessidades previsionais de pessoal para 2017, manifestada pelos Serviços/Secções/Divisões/Departamentos; - Que o mapa de pessoal no atual contexto de restrições, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: a. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;

c. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º2 do art.º 29º do referido diploma). Proponho: - A apreciação pela Câmara Municipal, do mapa de pessoal e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão que se estima ser necessário para 2017 (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; e - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º4 do art.º 29º do Anexo I à Lei n.º35/2014, de 20.06.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PS e o voto a favor do senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ENCARGOS COM NOVOS RECRUTAMENTOS PARA O ANO 2017 – APROVAÇÃO (I/69513/2016):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo dos encargos relativos a remunerações, aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento e prémios de desempenho (alínea a) do n.º1 do art. 31º do Anexo à Lei n.º 35/2014) - Os limites conhecidos à presente data, quanto às despesas com o pessoal; - As propostas e limites orçamentais para 2017, por centro de custo/serviço (Departamento/Divisão), onde foram fixados os limites dos custos máximos e proveitos mínimos para o respectivo ano, proponho: 1º - A aprovação do seguinte montante de encargos orçamentais para novos recrutamentos para o ano de 2017, nos termos dos normativos atrás mencionados.

Novos Recrutamentos	280.000€
---------------------	----------

2.º Por não se mostrar adequado, nesta data, fixar qualquer verba orçamental de atribuição para alterações do posicionamento remuneratório decorrentes das medidas de restrição da Lei do Orçamento de Estado, bem como não se fixar a verba orçamental para prémios de desempenho para o mesmo ano; 3º - Que posteriormente, se torne pública, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, em cumprimento do determinado no n.º5 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 209/09.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PS e o voto a favor do senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== FINANÇAS E CONTABILIDADE =====

===== DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO, GRANDES OPCÕES DO PLANO E QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO 2017 – APRECIACÃO: *Presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Vamos então iniciar o ponto 3 da ordem de trabalhos, agradecendo desde já ao Dr. Figueiredo Faria, Dr. Carlos Maia e Dr. Nuno Gomes a presença na reunião, mas também todo o esforço colocado na preparação das peças orçamentais. Estamos a falar de decisões políticas, mas a nossa decisão política para ser tomada precisa de estar bem alicerçada e bem suportada nas questões técnicas e eu não podia deixar de fazer essa referência na presença dos três e na nossa reunião. Portanto, nós estamos a analisar e vamos discutir os documentos previsionais para o ano de 2017. Há matérias que são naturalmente comparadas com os anos anteriores e outras que projetam o futuro do nosso município, numa lógica de curto prazo mas também numa lógica de médio longo-prazo naquilo que diz respeito ao Plano Plurianual de investimos. Estamos a libertar-nos da encruzilhada dos fundos comunitários, ou seja, estamos começar de poder recorrer a verbas do Portugal 2020, nomeadamente, através do PERU's e de outros programas e conforme sabem isso condicionou e muito o orçamento que apresentamos em 2016, mas quando fizermos a análise da prestação de contas, talvez nessa altura possamos olhar de outra forma para essa matéria. Portanto nós estamos a falar de um orçamento que cresce 9.5%, ou seja um crescimento de € 3.621,741 e como eu já tinha dito nessa lógica da utilização dos fundos comunitários mas também muito marcada pelo Programa Aproximar a Educação. Nós estamos a falar, tentando fazer já uma análise em relação à receita e à despesa, num aumento substancial do investimento na ordem dos quatro milhões para a ordem dos nove milhões, ou seja, mais concretamente na ordem dos 3,9 para 8,7, e portanto é merecedor de análise da nossa parte. Naquilo que diz respeito à receita, nós temos as receitas fiscais, temos as transferências correntes, temos a venda de serviços e bens correntes e também transferências de capital. Relativamente às despesas temos uma ligeira diminuição das despesas com pessoal em relação ao ano anterior, temos também uma diminuição das despesas com a aquisição de bens e serviços, estamos a falar numa diminuição na ordem dos 5%. Também na área das despesas, tem sido sempre muito falado, a diminuição dos juros e dos encargos financeiros, uma necessidade que temos de cumprir escrupulosamente com os nossos compromissos. Deixem-me também fazer um pequeno realce não querendo entrar no pormenor nem na malha fina, mas dar destaque naquilo que são os principais valores inscritos para 2017. Já tivemos oportunidade de ver a questão na área da educação, a questão da Escola Ferreira de Silva, vamos também ter brevemente a Escola Básica e Secundária de Fajões; temos verbas inscritas para a construção de ciclovias no valor de oitocentos e oitenta mil euros; temos a requalificação do Cineteatro Caracas com perto de seiscentos mil euros da nossa parte, temos ainda a negociação dos edifícios de Lações com*

quatrocentos mil euros, que são importantes para uma obra que é fundamental e aqui entra a questão do urbanismo mas também a área social. Temos mais um conjunto de verbas significativas, eu não tive oportunidade de estar presente na reunião de trabalho, mas estiveram presentes os Vereadores Isidro Figueiredo e Dr. Ricardo Tavares, com as Juntas de Freguesia no sentido de procurar recolher ao máximo as sugestões que os Senhores Presidentes de Junta nos apresentaram para o Orçamento e para o PPI. Portanto, dizer-vos também que nós na parte financeira e económica continuamos a procurar cumprir e superar o nosso plano de saneamento financeiro, o nosso plano de ajustamento (PAEL). Permitam-me que utilize três palavras todas começadas por “c”: consolidação, crescimento e coesão. São palavras-chave na preparação deste orçamento, que entendemos nós que é um orçamento proliferador para os oliveirenses no ano de 2017, porque é um orçamento consolidado e vamos continuar a ter e a prestar boas contas. A questão do crescimento já aqui falei, do aumento significativo do investimento, numa lógica social, económica e também territorial. Como sabem este orçamento também é feito na sequência daquilo que aprovamos na última reunião com uma atenção muito especial às famílias oliveirenses, naquilo que diz respeito à proposta que apresentamos e aprovamos de redução do IMI. Podemos dizer que é um orçamento amigo das famílias. Há também um conjunto de outros sinais do ponto de vista social que importa salientar, por exemplo: o incentivo à natalidade, o transporte inclusivo, um transporte que vai levar as pessoas dos mais diversos pontos das nossas freguesias, por exemplo, às unidades de saúde. Como costume dizer, o caminho faz-se caminhando e portanto naquilo que diz respeito ao orçamento participativo nós temos verbas inscritas que permitem quer na transformação dos Políticos de Palmo e Meio na área da educação poder dar uma outra lógica a esse programa, mas também temos verbas quer na ação social, quer na juventude, foram as áreas selecionadas para esse período inicial do orçamento participativo. Dizer-vos também nesta minha intervenção inicial que há este esforço, conforme já foi patente na última reunião, da implementação da taxa de derrama em 1,2 e não no valor máximo para que efetivamente continuemos a poder criar riqueza, criar emprego e as nossas empresas poderem naturalmente crescer e desenvolverem-se e felizmente que isso se vem comprovando como uma boa estratégia, porque nós mesmo com utilização da taxa de 1.2 temos um aumento da verba da derrama, o que significa que as nossas empresas estão a responder positivamente aos desafios e estão a conseguir vencer as adversidades conjunturais que se colocam. Procuramos naturalmente aconchegar, dentro daquelas que são as nossas limitações, as propostas que quer o Partido Socialista, quer o CDS-PP, nos apresentaram em sede de discussão do orçamento, para além das Juntas de Freguesia que fizeram um grande esforço no que diz respeito a redes viárias e zonas industriais devidamente requalificadas, redes de comunicação. Procuramos dentro das nossas capacidades e disponibilidades, quer no aspeto económico, quer do ponto de vista financeiro e legal também, porque naquelas reuniões que tivemos com aquelas três pessoas, a quem não podemos chamar Troika, porque tem uma carga pejorativa associada, mas muitas vezes as nossas propostas e a nossas sugestões e indicações políticas, esbarram num conjunto de regras legais que nós não

queremos, nem podemos, de forma alguma violar, nem ultrapassar. Isso é preparação do orçamento do lado da receita, ou seja, nesse aspeto o Dr. Carlos Maia tem um conjunto de leis, quer do Orçamento de Estado, quer de outra legislação, que nos impede muitas vezes de sermos mais ambiciosos do lado da receita e depois temos a perspectiva do lado da despesa. Como sabem o orçamento é um exercício previsionial e cá haveremos de discutir as contas de 2016. Procuramos naturalmente ler e contemplar em sede do plano plurianual de investimentos, as verbas que estão neste momento em vários eixos já contratualizadas com alguma extensão pública central, nomeadamente o Plano de Estratégia e Desenvolvimento Urbano Sustentável na área da inclusão social, na área da mobilidade e na área da requalificação e reabilitação urbana. A nossa prioridade passa neste momento pela requalificação do Cineteatro Caracas. É importante aproveitar a disponibilidade dos fundos comunitários para podermos rapidamente resolver e ultrapassar essa dificuldade ou também em conjunto de outro património da Câmara Municipal, por exemplo no centro da cidade, que precise de ser reabilitado e requalificado. Vamos despende muitas das nossas energias e canalizar muitos dos nossos instrumentos financeiros para isso. Como disse estamos a falar de previsões e naturalmente aquilo que queremos é que elas sejam o mais rigorosas possíveis, que se adaptem, tenham capacidade de execução e taxas de execução elevadas para que possamos dizer que o orçamento foi construído de forma positiva para os próximos anos. Do ponto de vista da apresentação inicial, não ia estar a ser exaustivo nem cansativo, vocês tiveram oportunidade de analisar a peça orçamental e acho que é fundamental ouvir a vossa opinião em relação ao orçamento e depois prosseguir aos esclarecimentos, quer políticos, quer técnicos. O Senhor presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Só algumas questões técnicas e algumas dúvidas em algumas rubricas e espero que nenhuma tenha sido colocada no passado, que possa não ter sido respondida ou percecionada da forma mais correta e se calhar voltar a questioná-la. Estranhei o valor das senhas de presença da Câmara Municipal absolutamente elevado face aquilo que interpreto da legislação, ou seja, eu gostava de saber onde é que a Câmara Municipal gasta mais senhas de presença do que a Assembleia Municipal. Daquilo que conheço só se aplica aos vereadores em regime de não permanência e daquilo que conheço da nossa realidade aquilo tudo somado não dá aquele valor. Pode escapar aqui alguma questão, mas gostava de perceber. Trezentos e cinquenta mil euros em subsídios de maternidade, gostava de saber o que é que está incluído o que é que não está, é aqui que está o tal subsídio de maternidade? Nós temos uma despesa a crescer nesta área, gostava de perceber efetivamente o que é e onde é que está o tal subsídio à natalidade para 2017 e qual foi o valor que perspectivamos para isso. Algumas rubricas que deviam ser residuais e que têm sempre valores elevados e deviam estar mais detalhados, como por exemplo, trabalhos especializados um milhão de euros; aquisições da câmara oitocentos mil euros, portanto, gostaria de perceber do que é que estamos a falar. Outra questão que já foi parcialmente respondida e que tem a ver com a Escola Básica Ferreira da Silva, em Cucujães, em que estamos a prever e assumir valores muito superiores áquilo que era a perspectiva de € 1.500,000 (um milhão e quinhentos mil euros) de despesa, com base naquilo

que foi sempre anunciado até agora. Gostaria de perceber se estamos a contar com participação pró-remanescente ou se este remanescente vai ser efetuado ou está a ser perspectivado com receitas próprias da autarquia. Em termos de PPI, o que eu acho que é manifestamente uma gralha, há obras previstas na rede viária de S. Roque, que eu conheço bem, que estava a olhar para aqueles números e depois dá-me ali a ideia que há um erro de cálculo, ou da introdução dos valores na fórmula de cálculo, porque a rua 2 custa mais € 1.550,00 do que a rua 3, a rua 3 custa mais € 1.550,00 do que a rua 4 e por aí fora, portanto aquilo está tudo em crescente quando não devia ser nada assim. Aqueles valores estão mal introduzidos, aqueles valores para algumas daquelas ruas já são valores exagerados e depois para o ano de 2018 estamos a multiplicar por quatro. A não ser que me provem o contrário, há uma gralha de introdução de números e aqueles números não terão nenhuma correspondência com a realidade ou com aquilo que é a perspectiva de investimento. Quem olhar para aqueles valores, até pode perspetivar valores para ruas que nada têm a ver com a realidade. Nota-se claramente que é uma gralha numa fórmula qualquer do excel que originou isso, não faz sentido que cada rua custe mais mil e quinhentos euros que a anterior e seria uma coincidência muito grande e não faz sentido. Senhor Presidente, este é o orçamento que já esperávamos e que vem na continuidade daqueles que são os seus oito orçamentos. É um orçamento que devia ter permitido aliviar as famílias oliveirenses em sede de IRS e ir além de 1,5 na redução do IMI, temos uma arrecadação de impostos e transferências de orçamento de estado superior a um milhão de euros face a 2016, mas a sua opção política foi manifestamente continuar a fazer festa e não ser amigo das famílias, porque quando se diz que é um orçamento amigo das famílias oliveirenses, mas em impostos diretos é o que prevê maior arrecadação de impostos de sempre e, portanto, se isso é ser amigo das famílias oliveirenses estamos conversados. Ao nível da despesa, Senhor Presidente, também não é mérito nenhum seu porque continuamos a beneficiar de uma excepcional conjuntura no que toca às taxas de juro que nos permitem pagar hoje menos um milhão de euros face a 2012 e menos meio milhão euros face ao que nós tínhamos previsto em sede do executivo. Portanto, são almofadas financeiras muito interessantes, mas que manifestamente não servem uma previsão ou gestão de excelência. Senhor Presidente, obviamente vai embandeirar com os 80% de aumento de investimento, como se isso também fosse um mérito muito grande da sua gestão e isto mais não é que um incremento alavancado nas transferências para a Escola Ferreira da Silva e para a EB de Fajões e, portanto, estes 3 milhões a mais resumem-se basicamente em grande medida a estas duas grandes obras. Mas até se quiséssemos ser benevolentes e acreditar nesses 80% de aumento do investimento também ficávamos mal, olhe que os nossos vizinhos vão triplicar. Se quisermos comparar e olhar para os números dessa forma, devemos-nos envergonhar com São João da Madeira que vão triplicar o investimento, mas mais do que triplicar eles são capazes de investir em termos nominais muito mais do que nós. Isso é que nos devia preocupar, se eles triplicam de um valor baixo podia não ser interessante, agora o que é certo é que eles triplicam e ultrapassam efetivamente Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, este é mais um orçamento eleitoralista, um plano de festas, mas

sem saneamento básico. Ao longo destes planos previsionais destes últimos oito anos, houve um Presidente que se candidatou para resolver um problema de água e saneamento que depois de mais de trezentos milhões de euros orçamentados, poucos serão os oliveirenses que terão água ao domicílio e saneamento básico, uma obra nova destes dois mandatos. Senhor Presidente, eu teria vergonha. O Senhor presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, cumprimentar os técnicos da câmara que estiveram envolvidos nesta tarefa. Fazer um orçamento não é uma tarefa fácil, é um trabalho muito complexo e difícil e é verdade Senhor Presidente que é um documento previsional, mas que é um documento que valoriza a gestão do município e define as opções de investimento do executivo. Portanto, é um documento fundamental naquilo que é o processo de gestão autárquica, tanto mais que temos aqui definidos os valores e o que acontece nos orçamentos, os técnicos sabem e nós também sabemos, o seu nível de execução é normalmente inferior àquilo que está previsto e digamos que temos aqui definidas não só as prioridades mas também as verbas que nós afetamos para os investimentos que pretendemos fazer. Eu entendo que para além da avaliação técnica que se tem que fazer deste documento, é um orçamento de final de mandato e faz sentido que façamos também uma avaliação, uma análise de natureza mais política. E como já aqui foi dito, a primeira coisa que temos que fazer é definir o que é que nós tivemos para gerir até agora. Este é um orçamento que à semelhança dos anteriores se financia fundamentalmente através das verbas que proveem do orçamento do estado e obviamente dos impostos que arrecadam da coleta que faz junto das famílias e das empresas oliveirenses. E, portanto, nós o que temos à partida para gerir, o que tínhamos no início deste mandato eram cerca de 150 milhões de euros, como aqui já foi dito, se quisermos uma verba aproximada do dobro deste valor para os oito anos. Definido o montante que nós tínhamos para gerir, era importante que nós também definíssemos aquilo que era relevante fazer durante este mandato. Nós tínhamos como preposítos implementar um conjunto de unidades operativas, de planeamento e gestão que estavam previstas no PDM; tínhamos uma regeneração urbana que permitisse a valorização da nossa malha urbana e revitalização do centro histórico; tínhamos e temos o edificado público degradado, que precisávamos de requalificar; tínhamos um centro coordenador de transportes para projetar e construir; tínhamos uma casa da cultura para requalificar de forma a torná-la mais competitiva com as repostas que surgiram nos últimos anos nos concelhos vizinhos e não fizemos essa intervenção; tínhamos um edifício camarário que era importante para concentrar os diferentes serviços que temos dispersado por várias unidades; tínhamos uma rede viária muito degradada que precisávamos de intervencionar de forma programada; tínhamos que reforçar substancialmente o apoio financeiro às nossas freguesias, promovendo o seu desenvolvimento e tal coesão territorial que o Senhor Presidente acabou de dizer; tínhamos que desenvolver um plano de intervenção para a requalificação do antigo troço da EN1 entre Cucujães e Travanca, porque é efetivamente o elemento da situação da identidade de desenvolvimento do concelho que se estruturou a partir deste importante eixo rodoviário; tínhamos a construção do centro escolar de Lações para dar resposta às

necessidades de muitas crianças e jovens famílias, ou seja, tínhamos um conjunto de coisas que tínhamos definido como sendo estratégicas para um mandato de quatro anos. Não é preciso ser a oposição a dizer-lo, acho que qualquer um de nós se quiser fazer uma análise rigorosa áquilo que foi este mandato perceberá que muito disto que acabei de dizer continua atual, muito pouco foi feito e os problemas que existiam no início do mandato subsistem agora que nos aproximamos do final do mandato. E para além destes problemas, continuam sem resposta problemas que herdamos e problemas que geramos: Azeméis GrandPlaza; o antigo edifício do centro de saúde; o investimento da Wuhan Industries; o arranjo dos planos de urbanização da zona industrial da Costa Má/ S. Roque, Nogueira do Cravo e Pindelo; o processo de reclassificação como espaço industrial da zona industrial de Rebordões; a conclusão das medidas estruturantes da via de nordeste; a requalificação do antigo Salão Nobre, do edifício das antigas finanças, da casa Sequeira Monterroso; o problema do café Arcádia; a requalificação dos polos desportivo; a recuperação da estátua do milénio; uma solução para a estalagem S. Miguel; a requalificação da Praça José da Costa e da antiga escola Bento Carqueja e a mais importante de todas a expansão da taxa de cobertura das nossas redes de água e saneamento, uma obrigação de investimento que deixou de fazer parte daquilo que são os orçamentos da autarquia e mesmo assim apesar de nós nos termos visto “livre” dessas obrigações de investimento, nós não percebemos uma tradução direta da disponibilidade financeira que daí resultou. Para além destes problemas que se vão eternizando, nós continuamos a cometer alguns erros de gestão que já cometíamos no passado. Os 700 mil euros que estavam previstos para gastar nos terrenos da área de acolhimentos empresarial, rapidamente se transformaram em mais dois milhões de euros. A reavaliação dos contratos de arrendamento existentes, o que era importante para cessar os que eram desnecessários e renegociar até alguns valores de rendas pagas nos contratos a manterem-se, não foi feito. Os milhões gastos em publicidade e em mega eventos desportivos continuam a ser uma prática recorrente e uma opção de investimento dos recursos municipais. E sumamos a tudo isto uma reduzida capacidade para execução por administração direta e o município continua a ter dificuldades em empreender por conta própria. Portanto, são muitos problemas que ficam sem solução ano após ano e claro que isto prejudica a competitividade do concelho, prejudica a qualidade de vida dos oliveirenses e naturalmente prejudica a nossa capacidade para atrair e fixar população jovem, que como sabemos é fundamental para o desenvolvimento económico e social do concelho. Nós continuamos a viver, em termos daquilo que é a nossa realidade, de obras herdadas do passado, continua na nossa opinião a faltar o planeamento e o pensamento estratégico fundamental para o futuro do nosso concelho e até para a preparação do nosso orçamento municipal para aquilo que são os fundos comunitários. Nós estamos muito perto do final do Portugal 2020, daquilo que será o seu período de exigência que começou em 2014 e acabará talvez em 2022 e os orçamentos municipais, os nossos e os dos outros convenhamos, tem que começar a estar preparados para essa realidade e este orçamento não está preparado para essa realidade. Na nossa opinião este orçamento não promove a coesão porque não tem

investimentos que corrijam assimetrias. Eu lembro que aquilo que é a valorização do papel das nossas Juntas de Freguesia, resume-se àquilo que é uma pequena percentagem do orçamento, nós temos 20% do orçamento disponível para investimento, o orçamento municipal consome os recursos financeiros sem que nós tenhamos disponibilidade para investir e naturalmente este orçamento não promove o crescimento, porque prevê verbas muito menores em comparação com outros concelhos, que têm orçamentos que são metade dos nossos. Estamos efetivamente perante um orçamento muito pobre que merece a nossa reprovação. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente. Mais foi deliberado remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== NORMAS E PROPOSTAS QUE CONSTAM DO RELATÓRIO ORÇAMENTAL, NOMEADAMENTE AS PROPOSTAS DO PONTO VII – 1.A), 1.B) E 2 – APRECIACÃO: *Presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. Os referidos documentos foram apreciados conjuntamente com o ponto anterior. =====*

===== CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES =====

===== ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A CASA MUSEU DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – APROVAÇÃO (I/69529/2016): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 17/05/2005, foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Associação Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis, que tem como objeto a Colaboração institucional entre os Outorgantes na divulgação, promoção e defesa do património cultural e/ou artístico, designadamente com a realização de exposições ou eventos de interesse municipal. - Que é intenção dos outorgantes, alterar o teor da alínea b) da cláusula terceira do mesmo: “a apoiar com um subsídio mensal, correspondente a duas vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida...”; e o teor da cláusula quinta, proponho: - Ao abrigo do disposto das alíneas p), t) e u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovada a Adenda ao Protocolo, alterando-se o teor da cláusula terceira e quinta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, designadamente para efeitos de autorização dos compromissos plurianuais.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. O Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira não participou na análise e votação deste ponto por se considerar impedido. =====*

===== EMPREITADAS =====

===== EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DA EBS DE CUCUJÃES – FASES 1 E 2” – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (I/69573/2016): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Proponho a aprovação do projeto de execução, em anexo, relativo à obra "Reabilitação da EBS de Cucujães - Fases 1 e 2." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== CONTRATAÇÃO PÚBLICA =====

===== EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DA EBS DE CUCUJÃES – FASE 1” – PROPOSTA DE DECISÃO DE CONTRATAR, DE DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E DE DECISÃO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO (I/69581/2016): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Tendo em vista a formação do contrato para a execução da empreitada "Reabilitação da EBS de Cucujães - Fase 1", proponho a aprovação da presente proposta de decisão de contratar, de decisão de autorização da despesa e de decisão de escolha do procedimento inerente ao contrato a celebrar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros), acrescido do IVA, a satisfazer pela dotação com o código da C.E.: 07.01.03.05 e Acção: 2/2016. A empreitada tem um prazo de execução previsto de 450 dias pelo que os trabalhos se realizarão nos anos de 2017 e 2018. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, proponho a adoção de um concurso público sem publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE). 4. A Câmara Municipal toma a decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa no uso de competência própria.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,*
, na qualidade de secretária a redigi. =====